

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre e Exercício Findos em
31 de dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo

Relatório da Administração	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações da mutação do patrimônio líquido	8
Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório da Administração

Srs. Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A. (“Banco”), acompanhadas das respectivas notas explicativas, relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), que inclui as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo BACEN e são consubstanciadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ação, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Banco continuou a apresentar desenvolvimento sólido em seu modelo de negócios, com a manutenção da sua carteira e criação de novos produtos. A carteira de crédito apresentou o montante de R\$ 716 milhões com 799 contratos ativos, em relação R\$ 719 milhões e 1.126 contratos ativos para o mesmo período de 2023.

Principais indicadores para as datas-bases 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em reais mil):

	2024	2023
Ativos Totais	756.838	774.005
Carteira de Crédito	716.378	718.902
Resultado do Ano	(1.904)	4.987
Patrimônio Líquido	106.955	101.277
Índice de Basileia II	14,01%	12,22%

Remuneração de acionistas

Consoante estatuto social, caso sejam apurados lucros em cada exercício, o Banco deverá distribuir 25% dos resultados, após efetuadas as deduções legais e a constituição das reservas legais, podendo ainda os dividendos não serem distribuídos, mas sim convertidos em eventual aumento de capital. Contudo, no exercício de 2024 foi gerado prejuízo, não havendo assim distribuições.

São Paulo, 31 de março de 2025.

A Diretoria

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do
Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL - BANCO MÚLTIPLO S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Disponibilidades	4	6.316	6.273	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos		626.975	636.572
Instrumentos financeiros		697.503	712.812	Depósitos interfinanceiros	12	233.857	239.573
Carteira de crédito		693.512	712.466	Depósitos a prazo	13	11.150	-
Operações de arrendamento mercantil	6b	203.396	248.202	Obrigações por empréstimos	14	381.027	390.922
Operações de crédito	6a	512.982	470.700	Instrumentos financeiros derivativos (P)	5a	-	2.099
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(22.866)	(6.436)	Outros passivos financeiros	15	941	3.978
Instrumentos financeiros derivativos	5a	3.991	-	Passivos fiscais correntes e diferidos	18b	20.072	32.500
Outros ativos financeiros	8	-	346	Passivos tributários correntes		6.350	16.547
Ativos fiscais correntes e diferidos	18a	47.788	48.943	Obrigações fiscais diferidas		13.722	15.953
Ativos tributários correntes		5.897	11.702	Outros passivos	16	2.824	3.656
Ativos fiscais diferidos		41.891	37.241	Patrimônio líquido	17	106.955	101.277
Outros ativos	9	2.555	3.914	Capital social		87.564	79.982
Outros valores e bens	10	2.561	1.999	Reservas de lucros		19.391	21.295
Imobilizado de uso	11	104	64			649.872	
Bens de uso próprio		787	711				
Depreciações acumuladas		(683)	(647)				
Total do ativo		<u>756.827</u>	<u>774.005</u>	Total do passivo e Patrimônio líquido		<u>756.827</u>	<u>774.005</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto o valor do lucro (prejuízo) por ação)

	Nota	2024		2023
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		62.884	131.942	88.318
Resultado de crédito e arrendamento mercantil	20a	59.011	124.464	88.318
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	20b	104	131	-
Receita com Instrumentos Financeiros Derivativos	20d	3.769	7.347	-
Despesas de intermediação financeira		(48.563)	(98.587)	(62.559)
Resultado de Captação	20c	(48.563)	(98.587)	(59.052)
Despesa com Instrumentos Financeiros Derivativos	20d	-	-	(3.507)
Resultado bruto da intermediação financeira		14.321	33.355	25.759
Provisões		(13.269)	(18.749)	(2.395)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	7	(11.932)	(17.187)	(2.386)
Provisão para impairment de bens não de uso		(1.337)	(1.562)	(9)
Outras receitas (despesas) operacionais		(10.280)	(17.788)	(14.774)
Receita de prestação de serviços	20e	2.738	6.205	5.410
Despesa com pessoal	20f	(6.318)	(11.356)	(13.264)
Outras despesas administrativas	20g	(5.928)	(10.605)	(8.356)
Despesas tributárias	20h	(2.047)	(4.186)	(3.656)
Outras despesas operacionais		(1.522)	(2.710)	(1.482)
Outras receitas operacionais	20i	2.798	4.865	6.574
Resultado operacional		(9.228)	(3.182)	8.590
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(9.228)	(3.182)	8.590
Tributos sobre o lucro	17c	4.029	1.278	(3.603)
Imposto de renda		(981)	(3.102)	(8.695)
Contribuição social		(794)	(2.499)	(6.808)
Passivo fiscal diferido		1.162	2.118	17.315
Ativo fiscal diferido		4.642	4.761	(5.415)
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/ exercícios		(5.199)	(1.904)	4.987
Número de ações	16	79.981.986	79.981.986	79.981.986
Lucro por ação		(0,06501)	(0,02381)	0,06235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	2024		2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/ exercícios	(5.199)	(1.904)	4.987
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:	-	-	-
Resultado abrangente	(5.199)	(1.904)	4.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL - BANCO MÚLTIPLO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital Social	Capital a Integralizar	Reserva Legal	Reserva Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro 2022		64.247	-	815	15.493	-	80.555
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	4.987	4.987
Aumento de capital		15.735	-	-	-	-	15.735
Destinação do lucro:							
Reserva legal		-	-	249	-	(249)	-
Reserva de lucros		-	-	-	4.738	(4.738)	-
Saldos em 31 de dezembro 2023		79.982	-	1.064	20.231	-	101.277
Saldos em 31 de dezembro 2023		79.982	-	1.064	20.231	-	101.277
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(1.904)	(1.904)
Aumento de capital	17a	7.582	-	-	-	-	7.582
Utilização da reserva de lucros:							
Reserva de lucros		-	-	-	(1.904)	1.904	-
Saldos em 31 de dezembro 2024		87.564	-	1.064	18.327	(0)	106.955
Saldos em 30 de junho 2024		87.564	(7.582)	1.229	23.361	-	104.572
Integralização de capital subscrito	17a	-	7.582	-	-	-	7.582
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	(5.199)	(5.199)
Utilização da reserva de lucros:							
Reserva legal		-	-	(165)	-	165	-
Reserva de lucros		-	-	-	(5.034)	5.034	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		87.564	-	1.064	18.327	(0)	106.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL - BANCO MÚLTIPLO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024		2023
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Atividades operacionais				
Lucro do semestre / exercícios		(5.199)	(1.904)	4.987
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais				
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito		11.932	17.187	2.386
Depreciação		16	36	59
Marcação à mercado de derivativos e hedge accounting		(591)	(1.820)	1.167
Perdas em outros valores e bens		1.337	1.562	9
Impostos correntes		1.775	5.601	15.503
Passivo fiscal diferido		(1.162)	(2.118)	(17.315)
Ativo fiscal diferido		(4.641)	(4.761)	5.415
Lucro ajustado		3.467	13.783	12.211
(Aumento)/redução nos ativos operacionais		(16.473)	9.063	(192.123)
Operações de crédito e arrendamento mercantil		(18.649)	1.767	(186.506)
Outros ativos financeiros		30	346	651
Outros ativos		1.077	1.359	(3.708)
Outros valores e bens		(3.498)	(2.124)	(2.008)
Ativos tributários correntes		4.567	7.715	(552)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais		(8.410)	(25.680)	(18.888)
Instrumentos financeiros derivativos		(1.559)	(4.102)	945
Outros passivos financeiros		(958)	(3.037)	(473)
Outros passivos		(144)	(832)	207
Passivos tributários correntes		(3.838)	(6.842)	333
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.911)	(10.867)	(19.900)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(21.416)	(2.834)	(198.800)
Atividades de investimento				
Aquisição de bens de uso próprio		(76)	(76)	(15)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(76)	(76)	(15)
Atividades de financiamento				
Depósitos Interfinanceiros		(11.459)	(5.716)	60.322
Depósitos a Prazo		11.150	11.150	-
Obrigações por empréstimos		(1.283)	(10.063)	111.380
Aumento de capital - integralização	17a	7.582	7.582	15.735
Caixa líquido gerado/(utilizados) nas atividades de financiamento		5.990	2.953	187.437
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		(15.502)	43	(11.378)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do semestre / exercícios	4	21.818	6.273	17.651
No fim do semestre/ exercícios	4	6.316	6.316	6.273
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		(15.502)	43	(11.378)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A. (“Banco”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração ilimitado, constituída em 24 de julho de 2015 e autorizada pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) em 06 de outubro de 2015 como uma Sociedade de Arrendamento Mercantil. Com o objetivo de ampliar o leque de produtos oferecidos a clientes e parceiros, o Banco solicitou autorização para operar como banco múltiplo (carteiras de investimento e arrendamento mercantil), a qual foi concedida em 07 de maio de 2020.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN que incluem as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e BACEN e são consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – SFN e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o pressuposto da continuidade, onde foi avaliada a capacidade operacional no futuro previsível por meio de plano de negócios, orçamentos, fluxos de caixa, entre outros aspectos.

Conforme Art. 23º da Resolução BCB nº 2/2020 as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário. Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras do semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, foram aprovadas pela Administração em 31 de março de 2025.

2.1 Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966/21, Lei nº 14.467/22 e atualizações posteriores, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025:

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.966/21, a Resolução BCB nº 352/23 e normas complementares, estabelecem novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, ativos e passivos, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, dentre os quais destacam-se:

- ✓ Classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros;
- ✓ Reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- ✓ Atualização dos instrumentos financeiros por meio da taxa efetiva; e
- ✓ *Stop Accrual* do reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso.

Em complemento à Resolução CMN nº 4.966/21, foram emitidas, no ano de 2023, as Resoluções CMN nº 5.100 e BCB nº 352, que fornecem diretrizes adicionais. Essas resoluções abordam, entre outros aspectos, como por exemplo, o tratamento aos seguintes aspectos da norma:

- ✓ Aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros;
- ✓ Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito;
- ✓ Evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a ser observada pelas instituições financeiras;
- ✓ Reconhecimento de custos de transação imateriais; e
- ✓ Apropriação de receita.

As Resoluções têm como objetivo fornecer orientações detalhadas e abrangentes às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, no que diz respeito à contabilização e à divulgação de informações sobre instrumentos financeiros, buscando reduzir as assimetrias com os padrões internacionais. Baixo destaca-se os principais aspectos da norma abordado:

a) Classificação de Instrumentos Financeiros

O critério de classificação dos ativos financeiros dependerá, tanto do modelo de negócio adotado pela Administração para a sua gestão, como das características dos fluxos de caixa contratuais, visando identificar especificamente se este atende ao critério de “Somente Pagamento de Principal e Juros” (SPPJ). Com base no exposto, os ativos financeiros serão classificados conforme as seguintes categorias:

- i. Custo Amortizado (“CA”): utilizada quando os ativos financeiros são administrados com objetivo de obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- ii. Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”): utilizada quando os ativos financeiros apresentam o objetivo tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- iii. Valor Justo por Meio do Resultado (“VJR”): utilizada quando a objetivo for de negociar frequentemente os ativos com o objetivo de obter resultados.

Com relação aos passivos financeiros, a classificação permanece essencialmente inalterada em relação à norma vigente. Portanto, eles continuam sendo classificados como Custo Amortizado, exceto quando necessário.

A partir de 1º de janeiro de 2025, os ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado serão contabilmente reconhecidos com base no método da Taxa Efetiva de Juros (TEJ), que considera custos e receitas adicionais à operação no momento de sua origemação ou aquisição. Isso significa que o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual será equalizado ao valor contábil bruto do ativo ou passivo financeiro. No entanto, as operações de crédito ou com característica de concessão de crédito originadas até 31 de dezembro de 2024 continuarão a ser reconhecidas pela taxa contratual estipulada nos respectivos contratos durante sua vigência.

Referente às operações de crédito e demais operações com características de concessão de crédito classificadas na categoria Custo Amortizado, o Banco optou por realizar a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na origem ou emissão do instrumento financeiro, seguindo o método de taxa de juros diferenciada.

b) Provisões Associadas ao Risco de Crédito

O Banco adotou a metodologia simplificada para o cálculo das perdas esperadas dos instrumentos financeiros, conforme o artigo 50 da Resolução CMN nº 4.966/21. As perdas são estimadas com base nas análises de probabilidade de inadimplência do devedor, percentual da exposição não recuperável e valor exposto no momento da inadimplência. Essas classificações seguem a metodologia e os percentuais definidos na Resolução BCB nº 352/23, que estabelece critérios detalhados para a avaliação de riscos e a provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

Definição de Ativo Problemático e “*Stop Accrual*”

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que um ativo é considerado problemático em termos de recuperação de crédito quando ocorre atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou dos encargos, ou quando há indicativos de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem a necessidade de recorrer a garantias ou colaterais. Além disso, a referida Resolução proíbe explicitamente o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como "*Stop Accrual*".

C) Impostos Correntes e Diferidos

A Lei nº 14.467/22 dispõe sobre o tratamento tributário aplicável as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Essa lei altera o momento do reconhecimento da perda na operação de crédito, permitindo a dedução das provisões mínimas determinadas pelo BACEN para as operações vencidas acima de 90 dias.

A Lei determina que sejam tratadas de forma diferenciada as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 e que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas, somente podendo excluí-las do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

Os impactos relativos à aplicação desses normativos estão apresentados na Nota Explicativa 25.

Resolução CMN nº 4.975/21 e atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.101/2023

Resolução CMN nº 4.975/21 dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis as operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendadora e de arrendatária, devendo essas instituições observarem o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica.

A Resolução CMN nº 5.101/2023 estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025.

O Banco adotará de forma prospectiva a aplicação da referida norma, conforme § 5º da referida Resolução, para os contratos a serem celebrados a partir de janeiro de 2025.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, de acordo com as condições previstas em contrato, observando-se o critério pro-rata dia para aquelas de natureza financeira e incluindo efeitos de variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos indexados.

Não são apropriadas as receitas de arrendamento e de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos. As referidas receitas serão reconhecidas quando do seu efetivo recebimento.

b. Outros ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos, e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “*pro rata die*” e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o preço de realização dos ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

c. Apresentação das Demonstrações do Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas pelo CPC 03, aprovadas pela Resolução CMN 4.818/20.

d. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período em que forem observados. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

e. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de Circulante, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

f. Mensuração do valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela diretoria, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. De acordo com a Circular do BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da diretoria para fins ou não de proteção (*hedge*) e ajustados pelo valor de mercado com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, estes são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

g. Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos integrantes da carteira do Banco são utilizados para “*hedge*” (proteção) e seguem as orientações da Circular nº 3.082/02 do BACEN. Esses instrumentos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais. Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os Instrumentos Financeiros Derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção (“*hedge*”) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado – Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de “*hedge*”, têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período.

Hedge de Fluxo de Caixa – Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nesta categoria, bem como o item objeto de “*hedge*”, têm seus ajustes a valor de mercado da parcela efetiva do “*hedge*” registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributário, e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receita e despesa, no resultado do período.

h. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços.

i. Operações de crédito e arrendamento mercantil

As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito foi calculada em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (máximo). A entidade adota metodologia interna para a atribuição dos ratings iniciais dos clientes.

As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atraso igual ou superior a 60 dias.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociações de contrato em atraso igual ou superior a 60 dias ou em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

j. Imobilizado de uso

O Banco, atendendo à Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, reconhece os novos imobilizados valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

k. Obrigações por empréstimos e depósitos interfinanceiros

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro-rata*” dia.

As captações que são objeto de hedge de Risco de Mercado são avaliadas pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável.

l. Imposto de renda e contribuição social

A Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do CMN, determina que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.

- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.
- O Banco constitui crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre os prejuízos fiscais originados pela diferença temporária relativa ao saldo de superveniência de depreciação apresentado no final do período.

O Banco, quando aplicável, constitui crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias, assim como os impostos diferidos sobre a exclusão do ajuste entre depreciação fiscal e contábil.

O Banco aplica as alíquotas de 25% para imposto de renda e 20% para contribuição social.

m. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação da realização da carteira de operações de arrendamento mercantil para determinação da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, a valorização de instrumentos financeiros e a realização dos créditos tributários constituídos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido as imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.

n. Resultado recorrente e não recorrente

O Banco classifica seus resultados como recorrentes ou não recorrentes através de políticas internas que determinam que são resultados recorrentes aqueles que estejam de acordo com o objeto social determinado em seu Estatuto Social que é “a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes às respectivas carteiras autorizadas de investimento e arrendamento mercantil, além de quaisquer outras operações que venham a ser permitidas às sociedades da espécie, de acordo com as disposições legais regulamentares”. Para que um resultado seja considerado não recorrente ele precisa adicionalmente não ter previsibilidade de ocorrência nos próximos 3 exercícios seguintes. Considerando a política estabelecida, a Administração considera que todo o seu resultado dos anos de 2024 e de 2023 são oriundos de resultados recorrentes.

4 Disponibilidades

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades		
Bancos conta movimento	6.316	6.273
Saldo final	6.316	6.273

5 Instrumentos Financeiros Derivativos

a. Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos

Indexador	Instrumento	Valor de referência	Diferencial a receber (Curva) Posição Líquida	31/12/2024		31/12/2023	
				Ativo	Passivo	Diferencial a (pagar)/receber Valor de Mercado Posição Líquida	Posição Líquida
Euro x Pré	SWAP	19.512	(3.766)	3.991	-	3.991	(2.099)

b. Hedge de Risco de Mercado

Conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN as operações classificadas como “Hedge” são realizadas com instrumentos derivativos com o objetivo de mitigar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista e são classificadas como “Hedge” de risco de mercado caso se destinem a compensar riscos decorrentes de variação no valor de mercado.

O “Hedge” é considerado efetivo quando compensam as variações no valor de mercado do objeto de “Hedge” num intervalo entre 80% e 125% de acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN.

A efetividade das estruturas dos “Hedges” é medida mensalmente, e estão em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN, apresentando um índice de 91,97% (102,21% em 31/12/2023).

O Banco, para proteger parte das captações classificadas na rubrica "Obrigações por empréstimos e repasses", contratou instrumento derivativo (SWAP - Cross Currency Swap) destinado à cobertura de hedge de risco de mercado, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Item objeto de hedge		
Valor atualizado pelas condições contratuais	23.241	29.553
Valor de mercado	23.198	29.341
Valor do ajuste a mercado na rubrica “Obrigações por empréstimos”	(43)	(212)
Instrumentos de hedge		
Valor de mercado	3.991	2.099
Circulante	49	817
Não Circulante	3.942	1.282

6 Carteira de crédito e arrendamento mercantil

a) Operações de crédito e arrendamento mercantil

i) Carteira por modalidade e prazo

Modalidade	Parcelas Vencidas	Parcelas a Vencer até 3 Meses	Parcela a Vencer entre 3 e 12 Meses	Parcelas a Vencer Acima de 12 Meses	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamento Mercantil (vide nota 6b)	1.090	25.402	59.161	117.743	203.396	248.202
Operações de Crédito - CCB	8.557	72.322	90.424	315.493	486.796	443.663
Operações de Crédito - FINAME	442	4.643	5.073	16.028	26.186	27.037
Total	10.089	102.367	154.658	459.422	716.378	718.902

ii) Composição da Carteira por Setor de Atividade:

Setor Privado	Parcelas Vencidas	Parcelas a Vencer até 3 Meses	Parcelas a Vencer entre 3 e 12 Meses	Parcelas a Vencer Acima de 12 Meses	31/12/2024	31/12/2023
Indústria	4.962	53.561	85.934	238.052	382.509	409.663
Comércio	49	1.789	3.380	9.675	14.894	14.042
Serviços	5.078	47.017	65.344	201.537	318.975	295.197
Total	10.089	102.367	154.658	449.264	716.378	718.902

iii) Concentração de Crédito

	Valor	31/12/2024 % da Carteira	Valor	31/12/2023 % da Carteira
10 Maiores Devedores	96.806	14%	88.614	12%
20 Maiores Seguintes	115.370	16%	126.837	18%
Demais Devedores	504.201	70%	503.451	70%
Total	716.378	100%	718.902	100%

iv) Composição da Carteira por moeda e indexador

Descrição	Valor	31/12/2024 % da Carteira	Valor	31/12/2023 % da Carteira
Contratos em reais prefixados	554.566	77%	591.333	82%
Contratos em euros prefixados	131.230	18%	82.688	12%
Contratos em reais pós-fixados	30.582	5%	44.881	6%
Total	716.378	100%	718.902	100%

i) Composição do imobilizado de arrendamento por tipo de equipamento

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo de Aquisição	Depreciação/ Amortização Acumulada	Valor Contábil	Custo de Aquisição	Depreciação/ Amortização Acumulada	Valor Contábil
Máquinas e Equipamentos	305.886	(109.224)	196.662	347.229	(115.811)	231.418
Veículos	161.197	(92.658)	68.540	194.643	(95.949)	98.694
Superveniência de Depreciação	-	-	61.301	-	-	57.729
Insuficiência de Depreciação em Perdas em Arrendamento	-	-	(31.075)	-	-	(22.490)
Depreciação em Perdas em Arrendamento a Amortizar	49.846	(18.771)	31.075	33.013	(10.523)	22.490
Total	516.929	(220.651)	326.503	574.885	(222.283)	387.841

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens. A amortização das perdas de arrendamento é calculada pelo prazo de vida útil remanescente do bem após o encerramento do contrato.

ii) Composição da Carteira por tipo de equipamento

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	180.919	155.009
Veículos e afins	22.477	93.193
Total	203.296	248.202

7 Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e outros créditos e a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, como requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99, estavam assim distribuídos:

Nível de Risco	% Provisão Requerida	Valor Presente da Carteira	31/12/2024 Valor da Provisão	Valor Presente da Carteira	31/12/2023 Valor da Provisão
AA	0,0%	176.111	-	188.117	-
A	0,5%	466.307	2.332	493.187	2.466
B	1,0%	16.394	164	8.157	81
C	3,0%	13.204	396	8.354	251
D	10,0%	17.724	1.772	16.493	1.649
E	30,0%	5.635	1.690	2.819	846
F	50,0%	5.956	2.978	504	252
G	70,0%	5.041	3.529	1.267	887
H	100,0%	10.006	10.006	4	4
Total		716.378	22.867	718.902	6.436

Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	6.436	7.045
Constituição Líquida de provisão	17.187	2.386
Créditos baixados para prejuízo	<u>(757)</u>	<u>(2.995)</u>
Saldo Final	22.866	6.436

8 Outros ativos financeiros

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos relacionados a contratos de arrendamento mercantil (a)	<u>-</u>	<u>346</u>
Total	-	346
Circulante	-	346

(a) Adiantamentos a fornecedores por conta de contratos de arrendamento que ainda não foram iniciados.

9 Outros ativos

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Antecipação de Seguro da carteira de crédito	-	2.106
Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co KG – Comissões a Receber	1.767	1.368
Deutsche Leasing Finance GmbH – Comissões a Receber	688	111
Antecipação de férias	21	23
Parcela de obrigações por empréstimos a baixar	-	40
Outros	<u>79</u>	<u>266</u>
Total	2.555	3.914
Circulante	2.555	3.914

10 Outros valores e bens

a) Os saldos de Bens Não de Uso Próprio são conforme segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Equipamentos retomados ou recebidos em dação de pagamento	3.898	2.008
Provisão para desvalorização de bem	<u>(1.337)</u>	<u>(9)</u>
Total	2.561	1.999
Circulante	2.561	1.999

b) A movimentação referente Bens Não de Uso Próprio é conforme segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo anterior	2.008	-
Retomada no exercício	3.898	3.986
(-) Baixa por venda de bem	(2.008)	(1.978)
Total	3.898	2.008

Os bens retomados ou recebidos em dação de pagamento são vendidos em um período máximo de 2 anos, e sobre eles são constituídas provisões para perda quando aplicável. Os bens estão registrados de acordo com os laudos de avaliação recebidos.

11 Imobilizado de uso

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Móveis e Equipamentos	42	(22)	20	26	(20)	6
Equipamentos de Informática	455	(371)	84	396	(338)	58
Software	290	(290)	-	289	(289)	-
Total	787	(683)	104	711	(647)	64

12 Depósitos Interfinanceiros

Descrição	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2024 Total	31/12/2023 Total
Depósitos Interfinanceiros	-	126.121	107.736	233.857	239.573
Total	-	126.121	107.736	233.857	239.573

Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 13,69% a.a. (13,42% a.a. em 31/12/2023) e vencimento final em março de 2029 (março de 2028 em 31/12/2023).

13 Depósitos a Prazo

Descrição	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2024 Total	31/12/2023 Total
Depósitos a Prazo	-	-	11.150	11.150	-
Total	-	-	11.150	11.150	-

Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 13,55% a.a. e vencimento final em dezembro de 2029.

14 Obrigações por empréstimos

Descrição	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2024 Total	31/12/2023 Total
Empréstimos - No País (a)	17.421	79.114	135.978	232.513	286.530
Empréstimos - No Exterior (b)	10.565	42.261	95.731	148.558	104.604
Marcação a Mercado Objeto de Ajuste de Hedge (vide nota 5b)	-	(1)	(42)	(43)	(212)
Total	27.986	121.374	231.667	381.028	390.922

- (a) Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 12,35% a.a. (11,09% a.a. em 31/12/2023) e vencimento final em março de 2029 (janeiro de 2029 em 31/12/2023). As captações indexadas ao CDI são acrescidas de uma taxa de juros prefixada. Essa taxa foi em média 1,40% a.a. (1,40% a.a. em 31/12/2023), e as operações possuem vencimento final em dezembro de 2028 (abril de 2024 em 31/12/2023).
- (b) Empréstimos captados, no exterior, em Euros à taxa de juros pré-fixados acrescidos de variação cambial e com vencimento final em maio de 2031 (novembro de 2030 em 31/12/2023).

15 Outros passivos financeiros

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de Arrendamento Mercantil	631	2.824
Adiantamento de Clientes de Contratos de Arrendamento Mercantil (a)	310	1.154
Total	941	3.978
Circulante	941	3.978

- (a) Valor recebidos antecipadamente de clientes relacionados à contratos de arrendamento que ainda não foram iniciados.

16 Outros passivos

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações com Pessoal	2.289	3.258
Serviços de terceiros	535	398
Total	2.824	3.656
Circulante	2.824	3.656

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital Social está representado por 79.981.986 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, como segue em 31 de dezembro de 2024:

Acionista	Participação %	Quantidade de ações	Valor integralizado
Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co KG	95	75.982.887	75.983
Deutsche Leasing Global GmbH	5	3.999.099	3.999
Total	100	79.981.986	79.982

Em 17 de junho de 2024, foi subscrito pelos atuais acionistas um aumento de capital no montante de R\$7.582 para o qual foi integralizado em 16 de julho de 2024 com a aprovação do Banco Central do Brasil, sem a emissão de novas ações.

b. Reservas de lucros

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

O saldo das reservas estatutárias é oriundo de lucros após as destinações legais e será destinado preponderantemente para futuros aumentos de capital, ou ainda para compensação de prejuízos, consoante o que determina o parágrafo único do art.189 da Lei 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo das reservas de lucros era de R\$ 19.391 (31/12/2023 – R\$ 21.295), esta consumida por conta.

c. Dividendos

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o art.202 da Lei 6.404/76. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve distribuição por conta do prejuízo acumulado.

18 Tributos

a) Ativos Fiscais

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Impostos a compensar	129	1.130
Antecipação de Imposto de Renda	3.196	5.235
Antecipação de Contribuição Social	2.572	5.338
Créditos Tributários (18d)	<u>41.891</u>	<u>37.241</u>
Total	<u>47.788</u>	<u>48.943</u>
Circulante	<u>5.897</u>	<u>12.508</u>
Não Circulante	<u>41.891</u>	<u>36.435</u>

b) Passivos fiscais

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para Imposto de Renda Diferido (vide nota 18d)	13.722	15.953
Provisão para impostos correntes	5.602	15.671
Impostos e contribuições sobre salários	350	347
COFINS a Pagar	62	147
ISS a Pagar	244	234
Outros Passivos	<u>92</u>	<u>148</u>
Total	<u>20.072</u>	<u>32.500</u>
Circulante	<u>6.350</u>	<u>16.547</u>
Não Circulante	<u>13.722</u>	<u>15.953</u>

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o Banco têm as seguintes bases de cálculo e montantes apurados:

Corrente	2.o semestre		2024		2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o Lucro	(9.228)	(9.228)	(3.182)	(3.182)	8.590	8.590
Exclusão da superveniência de depreciação	2.335	2.335	5.013	5.013	37.886	37.886
Resultado não realizado de derivativos	(592)	(592)	(1.820)	(1.820)	1.167	1.167
Outras adições temporárias	1.169	1.169	2.151	2.151	(522)	(522)
Outras adições permanentes	46	46	142	142	75	75
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	11.932	11.932	15.551	15.551	2.629	2.629
Base de cálculo	5.662	5.662	17.855	17.855	49.825	49.825
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	(1.703)	(1.703)	(5.358)	(5.358)	(14.948)	(14.278)
Base tributária	3.959	3.959	12.497	12.497	34.877	34.877
Imposto de Renda e Contribuição Social	981	794	3.102	2.499	8.695	6.975
Créditos de Imposto de renda e Contribuição Social de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(167)

d) Imposto de renda e contribuição social

As movimentações podem ser observadas a seguir:

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2024</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2024</u>
Prejuízo fiscal e Base negativa de Contribuição Social	31.592	-	1.645	29.947	-	766	29.181
Provisões associadas ao risco de crédito	4.684	1.628	-	6.312	5.369	-	11.681
Provisões passivas	172	441	-	613	501	85	1.029
Marcação a mercado	793	-	304	489	-	489	-
Total	<u>37.241</u>	<u>2.069</u>	<u>1.949</u>	<u>37.361</u>	<u>5.897</u>	<u>1.367</u>	<u>41.891</u>
Obrigações fiscais diferidas sobre superveniência	(15.858)	-	1.205	(14.653)	-	(1.051)	(13.602)
Sobre marcação a mercado	(95)	(249)	-	(305)	-	(223)	(120)
Total	<u>(15.953)</u>	<u>(249)</u>	<u>1.205</u>	<u>(14.997)</u>	<u>-</u>	<u>(1.274)</u>	<u>(13.722)</u>

A seguir, apresentamos a expectativa anual de realização dos créditos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculados sobre diferenças temporárias, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizado o custo médio de captação praticado pelo Banco, aplicado sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes na data do balanço. A expectativa de realização dos créditos tributários é suportada por um estudo técnico elaborado pelo Banco e demonstrada a seguir:

<u>Ano de realização</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2025	5.154	4.355
2026	6.958	4.968
2027	9.647	5.821
2028	7.851	4.003
2029	7.535	3.246
2030	3.299	1.201
2031	1.448	446
Total	<u>41.891</u>	<u>24.040</u>

19 Partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco podem ser assim consideradas: os administradores, a diretoria executiva e os membros do conselho de administração, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no estatuto social do Banco, seus familiares próximos, parentes e empresas do grupo controlador.

Transações com partes relacionadas

As transações são sempre realizadas dentro de parâmetros de mercado e o resultado e o saldo de operações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CMN 4.636/2018, e apresentam a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>Ativos/(Passivos)</u>		<u>Receitas/(Despesas)</u>		
	31/12/2024	31/12/2023	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações Por Empréstimo no Exterior					
Deutsche Leasing Funding B.V.	(111.000)	(104.604)	(9.204)	(20.718)	1.382
Deutsche Sparkassen Leasing AG & CO. KG	(14.765)	-	(1.345)	(1.345)	-
Outros Ativos					
Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co KG	1.767	1.368	1.582	1.582	4.322
Deutsche Leasing Finance GmbH	688	111	1.302	1.302	111

a. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o Estatuto Social do Banco, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores.

Os gastos com remuneração dos administradores e gerência do Banco totalizaram R\$ 3.903 em 2024 (R\$ 2.979 em 2023).

O Banco não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações aos seus funcionários.

20 Composição das principais contas de resultado

a. Resultado de crédito e operações de arrendamento mercantil

Descrição	2º semestre	31/12/2024	31/12/2023
Operações de crédito	41.699	85.707	53.032
Arrendamento financeiro	17.312	38.757	35.286
Total	59.011	124.464	88.318

b. Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2º semestre	31/12/2024	31/12/2023
Rendas com aplicações interfinanceiras de liquidez	104	131	-
Total	104	131	-

c. Resultado de captação

Descrição	2º semestre	31/12/2024	31/12/2023
Resultado com obrigações por empréstimos	(32.519)	(66.315)	(29.444)
Resultado com depósitos a prazo	(266)	(266)	-
Resultado com depósitos interfinanceiros	(15.778)	(32.006)	(29.608)
Total	(48.563)	(98.587)	(59.052)

d. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2º semestre	31/12/2024	31/12/2023
Resultado com Operações com Derivativos	3.769	7.347	(3.507)
Total	3.769	7.347	(3.507)

e. Receita de prestação de serviços

Descrição	2º semestre	31/12/2024	31/12/2023
Serviços prestadas a ligadas (a)	2.455	5.339	4.433
Taxa de abertura de crédito	283	865	975
Outros	-	1	2
Total	2.738	6.205	5.410

(a) Refere-se a serviços de captação, análise de crédito, processamento de operações de crédito e prestação de serviço de funcionários locais para outras empresas do grupo sediadas no exterior (nota 18).

f. Despesas com pessoal

Descrição	2º semestre	31/12/2024	31/12/2023
Salários	2.104	4.091	4.132
Bônus	1.194	1.690	4.345
Encargos trabalhistas	1.318	2.225	1.828
Férias e 13.o salário	680	1.237	936
Assistência Médica e Odontológica	538	1.187	1.262
Licença Maternidade	-	25	-
Seleção e treinamento	46	77	15
Outras despesas de pessoal	439	823	746
Total	6.318	11.356	13.264

g. Outras Despesas Administrativas

Descrição	2º semestre	31/12/2024	31/12/2023
Aluguéis e Condomínio	209	450	437
Manutenção e conservação predial	66	110	93
Processamento de dados	1.070	1.889	1.733
Serviços do sistema financeiro	200	416	343
Serviços de terceiros	390	926	697
Serviços técnicos especializados	3.017	4.880	3.184
Despesas de transportes	331	619	158
Despesas com publicações	1	26	27
Despesas com viagens	257	502	751
Despesas com telefonia	79	158	152
Manutenção e conservação de equipamentos	107	223	204
Contribuição entidade de classe	27	55	95
Outras despesas administrativas	173	353	482
Total	5.928	10.605	8.169

h. Despesas tributárias

Descrição	Alíquota	2º semestre	31/12/2024	31/12/2023
ISS	2,00%	1.117	2.324	2.607
PIS	0,65%	130	260	137
COFINS	4,00%	800	1.601	912
Total		2.047	4.186	3.656

i. Outras Receitas Operacionais

Descrição	2º semestre	31/12/2024	31/12/2023
Descontos obtidos	111	111	595
Reversão de provisão de Bônus	283	540	3.080
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	-	-	517
Reversão de provisão de auditoria	500	500	-
Receita de multas contratuais	1.317	2.505	1.521
Ressarcimento de outras despesas	-	182	273
Variação monetária de comissões	260	670	-
Lucro na venda de bens	103	123	-
Outras	224	233	588
Total	2.798	4.865	6.574

21 Ativos e passivos contingentes

Em 2024, o Banco recebeu uma atuação do município de São Paulo, referente a tributação de ISS no montante de R\$ 821. Os advogados avaliaram a probabilidade de perda do risco envolvido nessa atuação como possível. Dessa forma, não há provisão constituída no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

22 Capital regulatório

O Banco está obrigado a manter requerimentos mínimos de capital compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de acordo com a regulamentação do Banco Central do Brasil, em linha com as diretrizes do Comitê da Basileia, de maneira a manter a relação entre o patrimônio de referência (PR) e o montante de ativos ponderados pelo risco (RWA) igual ou superior a 10,5%. O índice de Basileia calculado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de 14,01% para o índice básico e 13,94% para o índice amplo; em 31 de dezembro de 2023 os índices eram de 12,22% e 12,17% respectivamente.

23 Gerenciamento de risco

A administração do Banco considera fundamental a avaliação dos riscos para a tomada de decisão, e para esse fim, conta com uma estrutura de gerenciamento de riscos constituída de acordo com sua natureza e grau de complexidade de seus negócios. As definições de limites e aprovações dos riscos assumidos são realizadas em comitê com participação efetiva dos administradores. Outras práticas incluem a segregação de atividades entre as áreas de negócios e controles, bem como o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de novos produtos, e a independência de informações dessas áreas com o processo a operacionalizar. Os principais riscos gerenciados são:

1) Riscos Operacionais: Conforme Resolução CMN 4.577/2017, o Banco considera risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. A estrutura de controle de riscos operacionais visa identificar, avaliar, monitorar, testar e mitigar os riscos aos quais o Banco possa estar exposto, através do comitê de riscos operacionais, atuando de forma corretiva e preventiva, evitando a ocorrência ou reincidência de falhas.

2) Riscos de Mercado: Trata-se das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Banco. A gestão de riscos de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação e são monitorados pela Tesouraria, sendo revistos em bases anuais.

2.1) Análise de sensibilidade: O banco, com o objetivo de verificar os efeitos em seu resultado diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado, realiza um teste de sensibilidade que utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas dos fatores de risco mais relevantes. Para efeito de simulação, são considerados dois cenários eventuais, nos quais o fator de risco analisado sofreria um aumento de 50 ou 100 pontos base. Para as datas-base em questão os impactos seriam:

Fator de risco	31/12/2024		31/12/2023	
	+ 50 bps	+ 100 bps	+50 bps	+100 bps
Taxa de juros em reais	(619)	(1.237)	(649)	(1.297)
Cupons de moeda estrangeira	442	883	(50)	(98)

2.2) Teste de estresse: Para a apuração do risco de mercado de taxas de juros, o Banco decidiu por usar os modelos padronizados pelo Banco Central do Brasil, uma vez que somente possui a carteira banking, optando por seguir o modelo RBAN padrão, de acordo com as regras definidas pela circular nº 4.557/2017 para o teste de estresse, em especial o contido no Art 2º, item II. Com base nessa análise, o resultado (RBAN) demonstra o impacto no resultado e na alocação de capital referente às situações de estresse histórica definidos acima e demonstrados a seguir:

Fator de risco	Capital alocável	
	31/12/2024	31/12/2023
Taxas de juros em reais	2.791	605
Cupom de moeda estrangeira	6.231	1.556

2.3) Valor justo dos instrumentos financeiros: O Banco não transaciona seus instrumentos financeiros ativos e passivos em mercados ativos, tendo sua operação baseada em uma estrutura de banking. Dessa forma, considera o valor contábil como a aproximação equivalente ao valor justo de seus instrumentos financeiros ativos (Carteira de crédito e outros ativos financeiros) e passivos (Obrigações por empréstimos e outros passivos financeiros).

3) Riscos de Liquidez: O Banco monitora, controla e reporta possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que possam comprometer a solvência do Banco. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócios e para a Administração, e suportam o planejamento de liquidez do Banco. As principais variáveis utilizadas para a análise são: disponibilidade de caixa, níveis de caixa mínimo e projeção de fluxos de caixa.

4) Riscos de Crédito: De acordo com a Resolução 4.557/2017, o risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade do cumprimento de obrigações contratuais dos parceiros comerciais do Banco, geradas por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de rating do cliente, ou variações nos indicadores e moedas associadas às flutuações de mercado e seus impactos nas operações associadas. A Administração monitora e controla a exposição ao risco de crédito de forma independente das áreas de negócio, definindo o nível de provisionamento das operações de crédito de forma a antecipar as perdas projetadas para a carteira da Banco.

24 Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes correspondem à aqueles que ocorreram entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a sua emissão. Não houve eventos subsequentes a esta data de emissão.

25 Impactos da implementação da Resolução CMN nº 4.966/21 e demais normativos relacionados

Patrimônio líquido antes dos ajustes estimados provenientes da adoção da Resolução CMN nº 4.966 - 31/12/2024	106.955
Provisão para Perda Esperada (Líquido de impostos)	2.726

Patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais após ajustes da Resolução CMN nº 4.966 - 01/01/2025	104.229
--	----------------

Provisão para Perdas esperadas	
Saldo da provisão - Operações de Crédito em 31/12/2024	22.866
Efeito da adoção inicial Res. CMN nº 4.966/21	4.956
Saldo inicial de provisão para perda esperada - 01/01/2025	27.822

* * *

Marcelo Festucia
Diretor Presidente

Alexandre Cano
Contador
CRC 1SP177786/O-7